

ARTIGO

DOI: 10.22481/praxis.v14i28.3477

**REVISÃO DA PROBLEMÁTICA DA FUNÇÃO DO AGIR EXTENSIONISTA:
EDUCAÇÃO E AÇÃO NO CAMPO**REVIEW THE PROBLEM OF THE RURAL EXTENSION FUNCTION: EDUCATION
AND ACTION IN FIELDREVISIÓN DE LA PROBLEMÁTICA DE LA FUNCIÓN DEL AGIR EXTENSIONISTA:
EDUCACIÓN Y ACCIÓN EN EL CAMPO*Juliano Vitória Domingues*

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Brasil

Leonel Piovezana

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Brasil

Resumo

Considerando a revisão da problemática acerca da função do agir extensionista, pontuamos que a educação e a ação no campo se referem a estudos que surgem a partir da crítica à extensão rural, que apontaram para a mudança da função do extensionista na reformulação do seu papel social, com apostas ao paradigma da comunicação rural. Essa mudança, implícita na ação extensionista, diverge da prática orientada para essa noção. Nesse viés, entendemos a necessidade de revisar a problemática da função teórico-prática da extensão rural, no sentido de identificar e reconhecer a coerência da proposta de atuação e do projeto de desenvolvimento. Esta produção se refere a uma pesquisa bibliográfica com base nos estudos em aula, a partir de componentes curriculares administrados no ensino superior das ciências agrárias. Verificamos que a função da extensão rural permanece a de promover o processo de desenvolvimento urbano-industrial na perspectiva da relação sujeito-objeto, mas, por outro lado, o movimento crítico à essa função se mostra como possibilidade evidente, cada vez mais.

Palavras-chave: Comunicação Rural. Desenvolvimento. Extensão rural.**Abstract**

The critique of rural extension pointed to the change of the extensionist's function by reformulating his social role to the paradigm of rural communication. This change, implicit in the extensionist action, diverges from what has been happening in a practice oriented to this notion. It is necessary to review a problematic of the theoretical-practical function of the rural extension in order to seek the coherence of the proposal of action and of the development project. We did a bibliographical research based mainly on reference materials of the curricular components of higher education courses. We verify that the function of rural extension continues to promote the process of urban-industrial development from the perspective of the subject-object relationship, on the other hand, the critical movement of this function opens as a possibility.

Keywords: Rural extension. Rural communication. Development.

Resumen

La crítica de la extensión rural apuntaba al cambio de la función del extensionista reformulando su papel social al paradigma de la comunicación rural. Este cambio, implícito en la acción extensionista, se desvía de lo que ha estado sucediendo en una práctica orientada a esta noción. Es necesario revisar una problemática de la función teórico-práctica de la extensión rural para buscar la coherencia de la propuesta de acción y del proyecto de desarrollo. Es una investigación bibliográfica basada en materiales de referencia de los componentes curriculares de los cursos de educación superior. Hemos comprobado que la función de extensión rural continúa promoviendo el proceso de desarrollo urbano-industrial desde la perspectiva de la relación sujeto-objeto, por otra parte, el movimiento crítico de esta función se abre como una posibilidad más evidente.

Palabras clave: Extensión rural. Comunicación rural. Desarrollo.

Introdução

A construção deste texto teve início nas aulas dos componentes curriculares do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, lançando mão da problemática que instiga o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que discutem a extensão rural como processo educativo. Quando nos demos conta do raciocínio que levou a este excuro, extrapolamos a orientação de uma pesquisa, entendemos a importância e a relevância social em desenvolver e compartilhar a ideia primordial para que a problemática fosse ou possa ser discutida em diferentes espaços do ensino superior e coletivos, com cientificidade que as temáticas extensão rural e educação merecem.

A partir do estudo sobre a historicidade que perpassa a extensão rural no Brasil, a qual possui pensamentos de referência europeu e norte-americano (SÁNCHEZ DE PUERTA, 1996), percebemos que a função da extensão rural apresenta um processo em e de desenvolvimento. O processo em desenvolvimento pode ser identificado por meio das críticas ao modelo hegemônico, caracterizado pela modernização agrícola e realizado pela extensão rural, desde sua epistemologia (FREIRE, 1983; BORDENAVE, 1998) até seus resultados (CAPORAL, 2003), criando outras nomenclaturas e diferentes modos de agir, como a comunicação rural e a extensão rural agroecológica. Quanto ao processo de desenvolvimento, notamos a delimitação da função principal da extensão rural como serviço de educação não-formal, que promove processos de gestão, de produção, comercialização e beneficiamento de produtos agropecuários e não agropecuários, compatível com uma utilização adequada de

recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, contemplando uma dinâmica complexa para o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2010a).

O que tem sido utilizado nessa segunda década do século XXI pela política nacional brasileira é a denominação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) (BRASIL, 2010a); questionada, em um viés crítico, por praticar mais a assistência técnica, uma atuação pontual, do que fazer extensão rural, separando educação de técnica (OLIVEIRA, M. 2012).

A crítica ao modelo hegemônico sinalizou para a mudança da função do extensionista na reformulação do seu papel social em um outro conceito, de comunicação rural. Anteriormente, na teoria difusionista, o extensionista funcionava como um canal de transferência de informações, como um mediador do conhecimento, na concepção comunicativa, por sua vez, ele atua com base na troca de informações, como um facilitador (BORDENAVE, 1998). Nesta posição dinâmica, o conhecimento não é produzido exatamente por um agente fora do processo, não havendo somente a armazenagem da informação e a construção de pacotes tecnológicos, e nem apenas a aplicação do conhecimento científico no meio rural. Na concepção da comunicação rural, a produção do conhecimento inicia na compreensão da realidade pelo camponês, extensionista, pesquisador, e é construído pela compreensão recíproca entre os agentes. A execução do aprendizado permanece conjunta com a produção e a ressignificação do conhecimento (BRASIL, 2010a).

A mudança do papel de mediação para o de facilitação dos processos de extensão rural oportunizou uma alteração da atuação do extensionista não somente na perspectiva metodológica e teórica, mas também epistemológica. No papel de mediação, o trabalho possibilita que uma informação seja canalizada e descrita de uma determinada situação ou objeto para um sujeito ou grupo, como se fosse uma maneira neutra e imparcial de trazer e levar informações às pessoas que delas necessitam. A facilitação modifica a característica da neutralidade da ação para a reformulação política do agir, entendendo que toda informação é produzida, e não dada, por um agente que a pensou e por isso tem seu viés epistemológico (FREIRE, 1983).

A mudança da extensão rural para a comunicação rural, implícita na ação extensionista propriamente dita, diverge do que vem ocorrendo no viés de uma prática orientada por esta segunda noção. Isso porque, considerando os movimentos históricos ante o repensar extensionista (SILVEIRA, 1993) e a construção participativa da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) (BRASIL, 2004), as teorias agroecológicas para a extensão se operacionalizam em via única do pensamento, no uso da retórica

messiânica pela purificação da nova Pnater, no reforço de assimetrias de poder entre extensionista e agricultor e no padrão discursivo dual que ofusca a diversidade sobre o ponto de vista da extensão rural (GERHARDT, 2014).

Destacamos que as propostas críticas ao modelo urbano-industrial, mesmo pelos seus esforços, pouco conseguiram se desvincular da estrutura de produção agropecuária e da difusão do conhecimento, no processo unilateral pesquisa/extensão/rural. Isso se evidencia com as novas propostas ecotecnocráticas (CAPORAL, 2003) e sustentáveis da agronomia (GERHARDT, 2014), e até mesmo com as monoculturas dos produtos orgânicos numa adequação ecológica ao mercado. Essas noções ainda recentes, ao mesmo tempo em que tentam sua afirmação, têm provocado enfraquecimento de sua força contestadora e de suas aspirações e utopias (ALMEIDA, 2003).

Oliveira, L. (2012) assinalou que o conceito de sustentabilidade primeiro serviu de apocalipse político e depois de uma noção futuro comum ecológico para a humanidade, buscando ainda favorecer os países desenvolvidos. Já Gerhardt (2014) construiu uma crítica do discurso tautológico e o caráter messiânico do termo sustentável, problematizando que esse conceito resolveria todas as situações rurais caso tivesse se efetivado, trazendo uma nova metanarrativa da salvação sustentável para a extensão rural. Percebemos que tais discursividades idealistas estão longínquas das possibilidades materialistas. Em outro contexto, Marx e Engels (1999) denunciavam ironicamente a tamanha discursividade, já na introdução da ideologia alemã:

De acordo com certos ideólogos alemães, a Alemanha teria sido nestes últimos anos o teatro de uma revolução sem precedentes. O processo de decomposição do sistema hegeliano, iniciado com Strauss, teria dado origem a uma fermentação universal para a qual teriam sido arrastadas todas as 'potências do passado'. Nesse caos universal, formaram-se impérios poderosos que depois sofreram uma derrocada imponente, surgiram heróis efêmeros mais tarde derrubados por rivais audazes e mais poderosos. Perante uma tal revolução, a Revolução francesa não foi mais do que uma brincadeira de crianças e os combates dos diádocos parecem-nos mesquinhos. Os princípios foram substituídos, os heróis do pensamento derrubaram-se uns aos outros: de 1842 a 1845, o solo alemão foi mais revolvido do que nos três séculos anteriores. E tudo isto se teria passado nos domínios do pensamento puro (p. 7).

Nesse viés, refletimos acerca da necessidade de construir um arcabouço de conhecimentos por meio de informações, da prática, da coerência, da moral, da política se trata de tarefa complexa à função da extensão rural e do agir dos extensionistas.

Considerando as críticas ao processo de extensão rural, percebemos que há algo, ainda imerso, na atuação extensionista que mantém a educação separada e distante da técnica, em um movimento contraditório ao repensar o extensionista e à comunicação rural, referenciado na Pnater (BRASIL, 2010a). Diante disso, fez-se necessário revisar a problemática da função teórico-prática da extensão rural, no sentido de buscar a coerência da proposta de atuação e do projeto de desenvolvimento.

Para este estudo, realizamos uma pesquisa bibliográfica com base em materiais de referências das componentes curriculares de cursos do ensino superior, encontrados no artigo de Callou *et al.* (2008), em artigos que seguem a mesma linha de pesquisa desta referência e em obras fundamentadas na teoria crítica da educação dialógica, como Freire (1983) e Caporal (2003).

Este artigo está composto por três partes. A primeira delas apresenta problematizações produzidas pela extensão e pela comunicação rural, as quais ainda estão num cenário de dúvida, de incerteza, de lacuna do conhecimento, ou seja, que não foram equacionadas no âmbito teórico-prático. A segunda parte discorre sobre a evidenciação de um problema na ordem da teoria do conhecimento, na proposta de reconstruir o entendimento de uma problemática da função do agir extensionista. A última, por sua vez, trata-se de uma problematização sobre possibilidades de entendimento do problema evidenciado, buscando não a resolução imediata, mas os elementos que servem de subsídio para compreender um problema contemporâneo.

Uma questão não resolvida na extensão rural contemporânea

Considerando a mudança paradigmática da extensão rural em comunicação rural e verificando a divergência entre as perspectivas de orientação e a capacidade de execução, percebemos que as orientações da Pnater à atuação dos extensionistas têm produzido modos de ser dos camponeses contraditórios. Isso porque, se lhes compete um princípio de desenvolvimento, não estão pensando nas estruturas das unidades de produção familiares para o desenvolvimento do modo de vida rural, estão a agir exclusivamente nas produções agropecuárias, agora agroecológicas, e de maneira específica na produtividade e na tecnologia para solucionar, em menor proporção, a viabilidade do sistema produtivo de forma sustentável, conquistando a sua parcela de contribuição profissional. E não apenas como

poderia se pressupor com as teorias difusionistas, como também as agroecológicas (CALLOU et al., 2008).

Não obstante, as orientações política-institucionais (BRASIL, 2010a) e acadêmicas (DOULA; SOUZA, 2006) produzidas no início desse milênio no cenário brasileiro, nos possibilitou um olhar atento a possibilidade de redesenhar, ou desconstruir, o projeto de modernização pela extensão rural. Um olhar sensível às temáticas da inclusão da abrangência necessária para a vivência ecológica humana, considerando a diversidade sociocultural brasileira e as questões que permitem o bem-viver. Além disso, a Pnater declarou/recomendou, em virtude da crise econômica socioambiental gerada por um estilo convencional de desenvolvimento, que ocorra “[...] uma ruptura clara com o modelo extensionista baseado na *Teoria da Difusão de Inovações* e nos tradicionais pacotes da *Revolução Verde*, substituindo por novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico”. (BRASIL, 2004, p. 5).

De acordo com as informações sobre o número de estabelecimentos rurais orientados por qualquer tipo de extensão rural no Brasil, pública ou privada – considerando ingenuamente que as unidades camponesas são assistidas de forma integral e não sobreposta, portanto os valores tendem a ser menores que os expostos –, há no melhor dos casos, no Sul do país, aproximadamente 55% dos estabelecimentos atendidos pela extensão rural, e, no pior dos casos, o Nordeste com apenas 8% dos estabelecimentos atendidos (CASTRO, 2016). Todavia, como casos de sobreposição são frequentes, é delicado confirmar que metade dos estabelecimentos do Sul são atendidos. Mesmo com os grandes avanços, há ainda a debilidade quantitativa, mesmo que minimamente, para um diálogo com os sujeitos rurais, tanto de organizações sociais e estatais como empresas privadas e demais corporações, ainda mais quando consideramos a possibilidade de um serviço público universal. Ou seja, a extensão rural em geral está prejudicada pela falta de investimento político e econômico.

Não usamos, nesta produção, os termos agricultura familiar, pois, apesar de evidenciar um olhar para a família, mostra um peso significativo à agricultura, simplificando a alta dinâmica do rural que já vem demonstrando mais referência a outros sentidos: como trabalho não-agrícola (ABRAMOVAY, 2007); nem de propriedade rural, já que se trata de um sentido demarcatório geográfico e de posse, minimizando a relação da família com a terra. A terminologia unidade camponesa abarca todas essas questões (rural/agrícola, posse/mofo de uso, família/trabalho) e ainda amplia as possibilidades diversas desses atores rurais, mas, além disso, enfatiza a diferença que há entre uma unidade capitalista de produção ou empresa rural (PLOEG, 2016).

Em um estudo que abrange a região do oeste catarinense, Grígolo *et al.* (2011) identificaram que praticamente metade dos extensionistas atuavam em empresas privadas e principalmente no setor da revenda de insumos. A outra metade labora em cooperativas, órgãos públicos, ONGs e organizações de classe.

Visualizando tal cenário, a pesquisa de Callou *et al.* (2008) possibilitou a visualização de como está a formação dos extensionistas para a atuação, sintetizando um estado da arte que se configurava o ensino de extensão rural no Brasil. Os autores confirmaram a contradição ao identificar que, diante dos avanços da componente curricular e da atuação, os conteúdos ensinados divergem da metodologia e da interdisciplinaridade teorizada pelas obras clássicas. Apontaram também que os clássicos latino-americanos do tema são contemplados pela maioria das componentes curriculares no Brasil. No entanto, os acadêmicos ainda apresentam um forte caráter tecnicista e individualista, contrariando as argumentações das obras estudadas, além de que, perceberam divergências entre os princípios legalizados na política pública e os conteúdos tratados pelo ensino, “[...] a julgar pela tímida incorporação de temas caros à pesquisa como agricultura de base ecológica e desenvolvimento local [...]”, como também temas de novas ruralidades, gênero, geração e etnia (CALLOU *et al.*, 2008, p. 23).

Os problemas na formação para a extensão rural dificultam a prática do extensionista, tendo em vista o fato de que alguns espaços de formação não possuem uma razão política compreendida e condições para efetivar o ensino-aprendizagem (CALLOU *et al.*, 2008). Isso é corroborado por Landini (2015), quando observou a persistência de um olhar difusionista, apesar do Brasil ser o único país latino-americano que se afastou radicalmente da teoria difusionista e, por conseguinte, afirmou que há limitação da autocrítica dos extensionistas, no movimento de não refletir sobre a manutenção dos problemas, em particular, dessa abordagem de Ater.

O problema de ensino que destacamos não está em se ter uma prática de difusão de conhecimento que simplifique as relações sociais às ações da ciência e do mercado, mas na dificuldade de compreensão dos estudantes e dos profissionais da extensão rural sobre as discussões que perpassam a componente curricular de uma forma mais ampla, na sua diversidade.

Um problema na ordem do conhecimento

Diante dos impasses acerca da formação e da atuação dos extensionistas rurais, propomos um entendimento de que: as lacunas do conhecimento na formação do extensionista não se referem à teorização já produzida de extensão rural, à efetivação da política nacional para realização de práticas educativas participativas e/ou à instrumentalização alternativa de tecnologias, mas essas lacunas dizem respeito a um condicionamento que aprofunde outras correntes de pensamento, para além do positivismo difusionista, na extensão rural. Essa corrente de pensamento da ciência, ou epistemologia, inaugurou uma ascensão do conhecimento científico buscando se desvencilhar da abstração pura para ir ao concreto, objetivo, empírico, fundando pela observação positiva, cortando os laços com a idade média. Ela se constitui um método verdadeiramente científico. Além disso, essa corrente foi sistematizada principalmente por Augusto Comte, Émile Durkheim e Hebert Spencer. Além de rejeitar a metafísica como uma abstração, rejeitava a subjetividade como elemento de análise científica, e a sua interferência consistia um problema para o **progresso** científico. Portanto, ordem e progresso é um lema positivista. (MEKSENAS, 2002, grifo do autor).

Visualizando tal situação, consideramos que uma lacuna do conhecimento se condensa na formação dos extensionistas rurais com base nos mecanismos políticos, nas tecnologias e nas distintas correntes de pensamento para auxiliar a ação educativa dos extensionistas, no intuito de busquem o permanente esclarecimento crítico de sua ação e da ação alheia. Não reduzimos a formação num sentido estrito de educação formal, da graduação ou de qualquer curso técnico, mas ressaltamos a necessidade de compreender o processo formativo como uma construção integral dos sujeitos em interação, em um processo contínuo e não-linear.

Considerando a discussão realizada anteriormente e diante da contradição do ensino de extensão rural, da retórica messiânica da nova Pnater e da continuação do modo tradicional de atuação da extensão, parece-nos que ocorre a continuidade histórica do método de difusão do conhecimento técnico-científico na ação dos extensionistas rurais orientados pela Pnater pelo entendimento epistemológico do positivismo, o que vem sendo transformado pelas inovações científicas e tecnológicas.

Essas problematizações, ao nosso entendimento, podem se manifestar na seguinte dimensão prática: quando uma empresa adota o procedimento de difusão de informações, os extensionistas rurais fazem uma leitura crítica da maneira de agir instrumental e estabelecem

uma proposta alternativa agroecológica. Quando constroem o seu processo laboral reproduzem as estruturas da difusão pelas tecnologias ditas sustentáveis. Esse processo altera o conteúdo e mantém a forma de atuação. A atuação da extensão rural nesse viés mantém uma postura metodológica e epistemológica, à medida que compreende a significação do ato extensionista na relação de sujeito que age no objeto, por meio da imagem que o sujeito, extensionista, tem do objeto no mundo, o agricultor ou a produção no rural ou agrícola. O que tende a ser modifica se refere apenas a teoria. Assim, a partir da teoria do conhecimento, inferimos que apesar de fortalecer um processo agroecológico da posição sujeito-sujeito, da troca de informações, os extensionistas reproduzem a estrutura sujeito-objeto quando agem com esses pressupostos (HASSEN, 1999). Assim, tendem a trocar a agricultura agroquímica pela agroecológica, ou pela biodinâmica ou qualquer outra, mas não alteram radicalmente a forma de atuação da extensão e o entendimento que se têm acerca de sua função.

Procedemos com o seguinte raciocínio: a continuidade histórica do método da difusão do conhecimento se configura num impasse de entendimento de um ator que promove um consenso de uma prática, a exemplo, na educação, a temática formação de professores, que na teoria de professor reflexivo apesar das lacunas existentes nessa teorização, atua exatamente na abordagem a qual critica, neste caso, de professor técnico (CONTRERAS, 1997). Isso ocorre na Agronomia da mesma maneira, como demonstrou o artigo de Callou *et al.* (2008) sobre o ensino da extensão rural no Brasil e como descreveu Boufleuer (1997) sobre a crise de referenciais da educação. Esse autor nomeou como crise de referenciais porque entendeu como uma crise de parâmetros das racionalidades dos educadores. Há dificuldades para os educadores definirem sua identidade profissional, pela carência de clareza teórica e do modo como pensam e atuam no contexto da educação.

Percebermos que os extensionistas orientados por uma política de desenvolvimento que busca a interação entre os atores, atuavam ainda em processos de invasão cultural, como diria Freire (1983). Isso porque, por pensar em trabalhar com tecnologias sustentáveis, como algumas teorias agroecológicas sinalizam, e entendendo que isso bastaria por si só, fazem o processo de difusão agroecológica, confundindo a abordagem utilizada com a perspectiva da revolução verde. Se assim o fazem, estão novamente desconsiderando a história e a cultura da sociedade, no intuito de impor um jeito de pensar modal e não como são orientados: produzir processos sustentáveis e participativos.

A Pnater explicita sobre a atuação de extensão rural por meio de uma metodologia de educação dialógica e de fortalecimento de um processo de conscientização, no entendimento

freireano (BRASIL, 2004). Por outro lado, há que se considerar a crítica à Pnater que ainda fortalece conceitos duais que ofusca a pluralidade de pensamento (GERHARDT, 2014), como o próprio entendimento gnosiológico do termo da extensão e do extensionista. Em uma interpretação, esses termos remetem a um processo de invasão cultural, antidialógico, messiânico e opressor (FREIRE, 1983). Em contrapartida, com a imanente ambiguidade do termo extensão, educação e comunicação, como aponta Sánchez de Puerta (1996), a significância das palavras parece não romper com o antigo paradigma da difusão do conhecimento e com a epistemologia positivista.

Também observamos que a contradição do conhecimento extensionista se manifesta nos trabalhos de Caporal (2003) e Haverroth (2012), os quais tratam de uma nova atuação teórica e metodológica do processo de extensão rural (freireana, agroecológica, sustentável, participativa) e percebem a utilização das metodologias ligadas a uma epistemologia positivista da ciência pela extensão rural, negada a princípio, que promove a ação instrumental. Esta ação acontece como uma estratégia organizada para permitir os avanços científicos, agora ecotecnocráticos (CAPORAL, 2003). Aquela deposita nos sujeitos, nos objetos ou nos parceiros o apoio à proposta ou os obstáculos que a impedem de ser concretizada. Esse tipo de ação não desenvolve uma ação plural e orientada pelo entendimento, mas visa concretizar sua ação teleológica e promove a colonização do mundo da vida (HABERMAS, 2012) e a opressão dos seres humanos (FREIRE, 2015).

Percebemos que pode haver uma contradição entre o conhecimento dos extensionistas na afirmação da relação sujeito-sujeito e na reprodução da relação sujeito-objeto. Por exemplo: pactuar métodos participativos de trabalho e impor como conclusão irrefutável o conhecimento científico para aplicação projetiva parece manifestar essa incoerência. Machado, Hegedüs e Silveira (2006) confirmam essa situação quando trataram dos estilos de relacionamento, principalmente quando descrevem o método sistemático de atuação dos extensionistas.

Pensamos, hipoteticamente, que a contradição de conhecimento dos extensionistas dificulta a coerência entre seus pressupostos e a atuação profissional, que acontece na capacidade intelectual do profissional, na articulação entre episteme, teoria, método e prática. Berticelli (2006) nos alerta que, na busca por uma visão de totalidade, que é o todo e não é tudo, não se pode colocar em desconsideração alguns métodos ou filosofias, na simplista exclusão por inadequação dos parâmetros científicos. Esse simplismo é, “muitas vezes, mistificação pseudocientífica” (p. 116). A realidade se faz mais complexa e abrangente do que

apenas definir uma linha de ação segura de si. Se isso fosse simples, dois milênios de filosofia já teriam auxiliado a extensão rural sem que precisássemos desenvolver este trabalho por exemplo.

Entendemos que a coerência é o contraponto da contradição. É preciso que a condição estrutural do pensamento e da ação estejam coesos para que o processo de extensão rural seja efetivo no que se planeja e se busca executar. Todavia, não basta a afirmação da coerência enquanto epistemologia que mantêm as teorias e as práticas organizadas e articuladas, como se isso fosse simplesmente possível. É necessário, em última análise, a compreensão do fenômeno que se verifica problemático. Nesse sentido, há necessidade de esclarecer e compreender o fenômeno da contradição de conhecimento dos extensionistas nas próprias abordagens metodológicas, teóricas e principalmente epistemológicas na atuação da extensão rural, buscando a revisão da problemática de sua função de modo que possibilite articulações coerentes.

Possibilidades de entendimento sobre a problemática da função do agir extensionista

Quanto à intenção da ciência, pontuamos que os problemas da extensão rural nos viés da unilateralidade do conhecimento são resultados do modo de compreensão científico sobre o mundo, os homens e suas obras e, apesar de produzir efeitos em quase todos os locais da sociedade, ocorrem e são produzidos nas universidades.

As universidades possuem, na sua função social, a produção do conhecimento científico e tecnológico para a sociedade. O processo tradicional de aproximação ocorre com a parte de extensão, numa visão não tão clara da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. Visualizando a historicidade da universidade que privilegiou o ensino, já na idade média, e a pesquisa na idade moderna, a extensão universitária aparece mais tarde (MACIEL, 2010).

A reforma do Estado visualizava a modernização das universidades de forma operacional com o pressuposto do mercado na condição de portador da racionalidade sócio-política e do bem-estar da sociedade, como prestador de serviço ao Estado. Nesta formatação, a docência é reduzida à transmissão de conhecimento e ao movimento mecânico; a pesquisa seria quem produz as ferramentas para controlar ou intervir em algo para o mercado. Já a extensão parece não fazer mais parte desse novo legado. “Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e

a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas”. (CHAUI, 1999, p. 7).

Na contradição do conhecimento, a reflexão da ação faz parte de um aprendizado de cada sujeito no seu período de formação de habilidades cognitivas, instrumentais, morais, político-pedagógicas. A partir deste raciocínio, podemos fazer o seguinte questionamento: a formação universitária dos extensionistas está voltada mais para o uso de tecnologias do que para a abordagem dialógica? Os extensionistas compreendem a extensão rural como um processo educativo concreto, de forma dialética, participativa, com interdisciplinaridade?

No contexto da agronomia, Almeida (2004) identifica três correntes teóricas que estão se afirmando nos últimos decênios. A primeira corrente teórica tem a perspectiva da ecofisiologia das plantas cultivadas, na corrente analítica, com a população de plantas em relação com o meio, o solo e o clima, como objeto de estudo. A segunda corrente teórica tem sua afirmação na tecnologia agrícola, com objeto central de análise relacionado a técnica, na consequência de ações sobre as plantas. Não é vista somente como fator de produção, como também sobre o resultado. Já a terceira corrente teórica tem como método de análise os diagnósticos de situações definidas. Surge, nesta perspectiva, a agronomia como uma disciplina, com pré-disposição interdisciplinar, capaz de entender sistemas técnicos a níveis englobantes, como exemplo: entender uma pequena comunidade agrícola, um sistema agroalimentar. Esse contexto evidencia a diversidade.

Callou *et al.* (2008) reconheceram que estamos num paradoxo entre uma adoção da abordagem participativa numa prática dialógica, mas com forte referência ao tecnicismo e ao individualismo. Além de que, há uma divergência entre os princípios legalizados na política pública e os conteúdos abordados pelo ensino.

De modo empírico, notamos uma tendência de que a ciência positivista e as demandas de mercado estão mais fortalecidas na sociedade que as outras epistemologias da extensão rural e outros modelos de comercialização, mesmo sendo importante para os projetos sociais, mas isso não se refere a nossa questão principal. Esta produção trata do agir extensionista orientado pela Pnater que critica o positivismo, mas que parece reproduzir essa estrutura de pensamento, ou seja, ainda partilha de uma epistemologia positivista, mesmo em um movimento de negação. As dissertações de Teixeira (2008) e de Santos (2014) afirmaram que há incoerências ou contradições entre as afirmações de caráter discursivo e a prática dos

extensionistas rurais. Isso corrobora com a hipótese de que há uma contradição dos conhecimentos dos extensionistas. Falta-nos analisar o que revela essa contradição.

Quanto à relevância científica e às lacunas epistemológicas, faz-se necessário retomar a seguinte questão: como poderiam os extensionistas que são formados por escolas sistêmicas com base na teoria da dialogicidade, com significativa oposição do supremo conhecimento científico e das óbvias relações de oferta e demanda, fazerem sua projeção no outro, tratando-o como objeto de sua prática, mesmo que ecológica, mesmo que sustentável, mesmo que viável? Não é uma questão que pode ser resolvida de forma breve. O intento requer uma análise da universidade, do currículo da docência e da discência, do processo de ensino-aprendizagem e, por fim, da condição de atuação posterior. Todavia, é pertinente considerar o seguinte raciocínio: Na política pública de extensão rural, os princípios estão humanizados e tratam a população brasileira de modo a reconhecer as desigualdades sociais, agindo para sua redução, além de outras ações a exemplo da criação de sua agência nacional, implementando o conhecimento científico com o apoio dos saberes tradicionais e das tecnologias sociais (BRASIL, 2010b). Esse fato foi compreendido como relevante e inédito em nível latino-americano (LANDINI, 2015).

Quando uma empresa significa o trabalho pela sua produtividade, reduzindo as pessoas aos números de sua contabilidade e atua com base na lucratividade, podemos divergir do método e de sua concepção, porém esses aspectos estão evidentes para a instituição e é opção política-administrativa. Isso não quer dizer que essa empresa não tenha suas debilidades teóricas. Referimo-nos a uma lacuna relacionada a concepção dela do que sua escolha, mesmo que essa escolha pertença a uma certa ingenuidade, a nosso ver.

Seria, por hipótese, o problema sobre o conhecimento da extensão rural, com base na agroecologia, uma dificuldade de acúmulo de saber pelo aspecto teórico ou técnico-científico? A respeito da atuação dos movimentos sociais (como a Via Campesina), dos extensionistas experientes em manejos ecológicos, a literatura Altieri (2012), Primavesi (2002) e Machado (2010) compartilha exemplos primordiais e específicos sobre as produções bibliográficas sobre agroecologia; as revistas científicas (Revista Brasileira de Agroecologia e Revista Cadernos de Agroecologia) têm publicado artigos e ensaios teóricos de forma quadrimensional; nos eventos dessa área e com os próprios camponeses tem sido possível verificar que existe uma miríade de saberes já produzidos sobre agroecologia, desde a compreensão da microfauna do solo e sua relação com o sistema radicular de gramíneas e leguminosas na produção de nitrogênio, até as resiliências de bacias hidrográficas para prevenção de

catástrofes, interações entre diferentes plantas na produção de biomassa, relação da economia solidária com a interdisciplinaridade, entre outros exemplos.

Porém, o problema do conhecimento da extensão rural não nos parece ser o acúmulo de saber pelas diferentes alternativas teóricas e técnico-científico da agroecologia. O que não se pode dizer com isso que o problema de alguns ou da maioria dos camponeses, de algumas instituições de extensão e do meio rural não seja técnico-científico, já que esse é um papel da extensão rural: auxiliar o rural com seus problemas, construir o desenvolvimento a partir do conhecimento e propiciar reflexões sobre os temas que aborda.

Seria, por acaso, o que causaria esse problema um aspecto político ou econômico? Na política governamental brasileira havia uma divergência enquanto modelos conceituais de rural, com um ministério¹ para regulação da agricultura e da pecuária nacional, organizada para exportação de *commodities*, do balanço econômico, para os modelos da mais alta tecnologia, investindo em espaços e pessoas com condições e capazes de propiciar tais produtos, e um segundo ministério², criado para atender as pessoas e sistemas produtivos que não possuíam tais condições de alta tecnologia, produção de *commodities* ou exportação, mas para o fortalecimento da produção local e da agricultura familiar, camponesa, indígena, com temas como segurança alimentar e nutricional, combate a fome, entre outros. Apesar de haverem diferenças orçamentárias entre os dois sistemas políticos do governo brasileiro para o rural, o que contribuiu à disparidade das ações e dos resultados diz respeito ao fato de que cada espaço institucional do governo possuía um arcabouço legal e um funcionamento regido por determinados princípios. Assim, não parece se tratar de um problema político a difusão do conhecimento científico pelo extensionista, já que essas duas instâncias governamentais criaram mecanismos para realizar as atividades de cada escola da extensão rural, seja difusionista, sistemática ou sistêmica (MACHADO; HEGEDÜS; SILVEIRA, 2006).

O que ainda se mostra problemático e que direciona para que os outros aspectos também pareçam problemáticos está no âmbito da educação. Não no acúmulo do conhecimento, no sentido de ter informações e experiências efetivadas, comprovadas e

¹ O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor (BRASIL, 2015a).

² O Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão integrante da administração direta, tinha como área de competência os seguintes assuntos: I - reforma agrária; II - desenvolvimento sustentável; e III - terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. (BRASIL, 2015b). Atualmente, esse ministério foi reduzido para uma Secretaria Especial de governo (SENADO, 2016).

legitimadas, mas no sentido do conhecimento que revele mais do que o saber e sim a cultura, um coexistir, mais do que permitir a existência, de reproduzir a vida cultural de modo dialógico.

Alertamos para um problema maior no âmbito da educação, o que Freire (2015) identificou como opressão e Habermas (2012) nomeou como a colonização do mundo da vida. Uma educação precisa de aspectos formativos que permitam a leitura dos fenômenos sociais, a fim de minimizá-los enquanto anomalias sociais, para que consigamos a superação, ao menos nos problemas das realidades regionais.

Teixeira (2008), quando afirmou a incoerência entre o discurso e a prática dos extensionistas, descreveu que a condição da extensão rural é satisfatória e está acontecendo uma transição do caráter coerente para uma atuação crítico-reflexiva, superando a concepção tradicional de educação. Na sua tese manteve em aberto a seguinte questão: o quanto as afirmações declarativas dos extensionistas se confirmam ou não na prática? De que modo o sujeito da ação está recebendo essas mensagens? Nas suas questões fica evidente a possível separação entre discurso e ação, pois existem condições de ação, diferentes de suas afirmações. Caso não seja possível afirmar que são a mesma coisa, sabemos que não estão separadas. Cabe, nesse entendimento, a pretensão que o discurso tem de ser válido em um contexto em que se afirma.

Boufleuer (1997) esclareceu a seguinte constatação: “[...] os educadores constituem um dos segmentos profissionais com maiores dificuldades para definir ou identificar os supostos básicos a partir dos quais entendem e justificam suas ações individuais e coletivas.” (p. 9). Essa reflexão enuncia a complexidade do tema. Parece-nos que o relevante se refere a compreender os pressupostos que revelam a ação extensionista, para além da confirmação da incoerência entre teoria e prática. Isso nos parece de fato a lacuna científica a ser compreendida.

Considerações finais para reconstruir a problemática da função extensão rural

Em relação a problemática da continuidade histórica do agir enquanto fenômeno da extensão rural, verificamos que a função do agir extensionista continua a mesma desde a originalidade da idealização formal, a qual se refere a promover o processo de desenvolvimento urbano-industrial na perspectiva da relação sujeito-objeto, em que a pesquisa é detentora do conhecimento, a extensão age como mediadora e o rural permanece

como objeto de manipulação científica. De maneira diferente, a agroecologia recai à função do difusionismo, ao disputarem pelo rural enquanto projeto de idealização do desenvolvimento egocêntrico. Por outro lado, a crítica ao modelo hegemônico problematiza o agir histórico da extensão, possibilitando uma reconstrução da diversidade de teorias e na afirmação de diferentes pressupostos dos extensionistas rurais.

Numa visão acadêmica, a reconstrução do fenômeno da extensão rural identificado como problemático nesta produção, percebemos que o objeto de estudo pode ser alterado ao cotidiano dos extensionistas, enquanto epistemologias que se desenvolvem e não somente nos resultados obtidos por ela ou não no rural. Por tal razão, torna-se necessário retornar ao âmbito do estudo extensionista, num sentido fenomenológico, para compreender a característica da atuação da extensão rural, as distintas práticas educativas das organizações, o empoderamento dos extensionistas em referência a orientação teórico-metodológica e os elementos constitutivos da ação, da subjetividade, da normatividade e da objetividade que definem uma atuação coerente aliada a um projeto de desenvolvimento rural.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação. **Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural, XLV**. Anais. Londrina: Sober, 2007.

ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação do mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

ALMEIDA, Jalcione. **A agronomia entre teoria e ação**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/temas/artigos/2000_agronomia_teorica_acao.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BERTICELLI, Ireno Antônio. **Epistemologia e educação: da complexidade, auto-organização e caos**. Chapecó: Argos, 2006.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa**: uma leitura de Habermas. Ijuí: Unijuí, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: SAF, 2004.

BRASIL. Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Pnater e Pronater, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2010a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para construção de uma pedagogia de Ater**. Brasília, DF: MDA/SAF, 2010b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Ministério - MAPA**. Brasília, DF: MAPA, 2015a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/ministerio>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília, DF: MDA, 2015b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/competencias>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; LEITÃO, Maria Rosário F. Andrade; SANTOS, Maria Sallet Tauk. **O estado da arte do ensino da Extensão Rural no Brasil**: relatório de pesquisa. Recife: Gráfica Artimpreso, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Estado_da_Arte_do_Ensino_em_Extensao_Rural.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. 2016. In: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 12, Brasília: Ipea, Dirur, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27031&Itemid=7>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma Ater pública**. Santa Maria, RS. jan. 2003. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed10.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Operacional. **Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 1-7, 1999.

CONTRERAS, José. **La autonomía del profesorado**. Madrid: Morata, 1997.

DOULA, Sheila Maria; SOUZA, Renato Santos de. A pós-graduação em extensão rural no Brasil: perfil, dificuldades e perspectivas. **RBPG**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 282-299, dez. 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 1983. Disponível em:

<http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Livro_P_Freire_Extensao_ou_Comunicacao.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GERHARDT, Cleyton Henrique. Tautologia e retórica messiânica da “transição agroecológica” na “nova extensão rural”. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.21, n.3, jul./set. 2014.

GRÍGOLO, Sirinei C.; NUNES, Sidemar P.; GNOATTO, Almir A.; RAMOS, Celso E. P.; HALAS, Marcos E. Transformações Recentes da Assistência Técnica e Extensão Rural no Sul do Brasil: Desafios à Pnater. In: **Congresso de Ciência e Tecnologia da UTFPR**, I, Dois Vizinhos: UTFPR, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 2: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HASSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HAVERROTH, Célio. **Extensão rural pública: métodos, possibilidades e limites para a transição agroecológica no Oeste Catarinense**. 2013. Dissertação (Mestre em Extensão Rural), Santa Maria, RS: UFSC, 2012.

LANDINI, Fernando Pablo. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, v. 45, n. 2, p. 371-377, fev. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782015000200371&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MACHADO, João Dessimon; HEGEDÜS, Pedro de; SILVEIRA, Laurício Bighelini da. Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o "empowerment". **Ciência Rural**, v. 36, n. 2, p. 641-647, abr. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782006000200044&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Pastoreio Racional Voisin: tecnologia agroecológica para o 3º milênio**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACIEL, Alderlândia da Silva. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988-2008**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Piracicaba, SP: Unimep, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. [S.l.]: RocketEdition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2017.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica**. São Paulo: Loyola, 2002.

OLIVEIRA, Maria Neuza da Silva. **A formação de técnicos e extensionistas rurais no contexto DRS e PNATER**. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável,

Universidade de Brasília, 2012. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12430/1/2012_MariaNeuzadaSilvaOliveira.pdf>.
Acesso em: 01 dez. 2015.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os “limites do crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. **Revista Continentes**, UFRRJ, ano 1, n. 1, 2012.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

SÁNCHEZ DE PUERTA, Fernando. **Extensión Agraria y desarrollo rural**: sobre la evolución de las teorías y praxis extensionistas. Madrid: Ministerio de agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaria General Técnica, 1996.

SANTOS, Aniérica Almeida dos. **O discurso e a prática da educação na extensão rural contemporânea**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2014. Disponível em:
<<http://www.posmex.ufrpe.br/sites/posmex.ufrpe.br/files/ANIÉRICA%20ALMEIDA%20DO%20SANTOS.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

SENADO Federal. **Ministro confirma recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília, DF: Agência Senado, 11 ago. 2016. Disponível em:
<<http://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/08/ministro-confirma-recricao-do-ministerio-do-desenvolvimento-agrario>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. O repensar extensionista: a dialógica freireana e a tecnocracia modernizante na agricultura brasileira. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 23, n. 1, p. 87-94, jan./abr., 1993.

TEIXEIRA, Elizangela Mainardi Roso. **A educação ambiental na extensão rural**: uma análise a partir das concepções e práticas dos extensionistas rurais da Emater/RS - Ascar da região de Estrela (RS). Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), [Lajeado, RS]: Univates, 2008. Disponível em:
<<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/62/13/Elizangela.pdf>>. Acesso em: 1 nov 2016.

SOBRE OS AUTORES

Juliano Vitória Domingues

Mestrando em Educação pela, Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Bolsista Integral CAPES. Membro do Grupo de pesquisa Desigualdades sociais, diversidades socioculturais e práticas educativa. E-mail: juliano.tche@gmail.com

Leonel Piovezana

Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Sant Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Grupo de pesquisa Desigualdades sociais, diversidades socioculturais e práticas educativa. E-mail: leonel@unochapeco.edu.br

Recebido em: 15 de agosto de 2017

Aprovado em: 14 de dezembro de 2017